INFORME

APUBH

ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE BELO HORIZONTE
Nº 33 – 11/03/85

DEBATE COM EX-PRESIDENTES DA APUBH

A APUBH realizará no dia 21 de março, às 20 horas, no auditório da Faculdade de Medicina, um debate sobre o tema *APUBH: Sua história, suas lutas e perspectivas*, com a participação confirmada de três ex-presidentes da entidade, os professores Fábio Wanderley Reis, Margarida Vieira (Guida) e Roberto Martins, e do futuro ex-presidente Luiz Pompeu de Campos.
As eleições para a diretoria da APUBH estão previstas para o final de abril e o debate vem contribuir para o enriquecimento do processo de sucessão da diretoria da Entidade.

Neste número: As decisões do Congresso da Andes. Apubh comenta o manifesto "Em defesa da Universidade Pública"



"EM DEFESA DA UNIVERSIDADE PÚBLICA" OU CONTRA O MOVIMENTO DOCENTE?

Um manifesto denominado "Em defesa da Universidade Pública", elaborado por um grupo de professores de departamentos diversos e endossado por um conjunto de assinaturas, circula desde fevereiro entre professores da UFMG. Segundo informou o professor Fábio Wanderley Reis, em reunião da Câmara do Departamento de Ciência Política realizada dia quatro último, este documento foi elaborado pelos professores Ramayana Gazinelli, Henrique Lima Vaz, Francisco Iglésias, Hugo Pereira do Amaral e por ele próprio, com a colaboração de vários outros, e estaria sendo encaminhado às autoridades do MEC, ao CRUB e à ANDES, prevendo-se sua publicação no **Jornal do Brasil**, provavelmente no dia 17 de março.

A diretoria da APUBH tomou conhecimento do documento que, no nosso entender, constitui fundamentalmente um manifesto contra o movimento docente, apesar de abordar aspectos parciais da universidade pública brasileira hoje. Em conseqüência, estamos preparando um documento da entidade em que são analisadas as questões contidas naquele texto e uma série de outras que nele não foram tratadas, com o objetivo de suscitar um amplo debate na UFMG sobre as diversas concepções existentes hoje acerca de seu passado recente e seus rumos futuros.

Entretanto, queremos desde já destacar alguns aspectos centrais do manifesto que nos causaram profunda estranheza ou divergência:

— O processo utilizado na busca de adesões ao documento pode, no mínimo, ser caracterizado como anti-democrático, já que o texto pronto, que faz considerações e propostas que abrangem o conjunto dos professores e a instituição universitária enquanto tal, foi apresentado durante o período de férias escolares, de forma seletiva, a professores que se encontravam dispersos e alguns até inteiramente afastados, há tempos, da atividade cotidiana na universidade.

— Em sua primeira linha, o texto considera o autoritarismo uma página que "passa a ser — espera-se — história arquivada" e propõe fazer o balanço crítico da experiência correspondente para dar os primeiros passos em direção à uma sociedade democrática. Com base nisto, identifica o que chama de "desfiguração autoritária da universidade" com uma série de mecanismos que, de fora dela e submetendo o próprio MEC, teriam promovido a desfiguração da especificidade institucional da universidade. Na nossa opinião e na opinião da maioria da sociedade brasileira hoje, a herança autoritária não será arquivada tão facilmente, uma vez que o regime político que vigorou no Brasil [illegible]es vinte e um anos não só subjugou as instituições, como penetrou-as e deixou incorporada à sua vida cotidiana, à prática de seus membros e a seu formato institucional o próprio autoritarismo que, para ser afastado, exigirá discussão aberta e ampla. A supressão dos mecanismos repressivos e burocráticos impostos à universidade, a garantia de recursos materiais e da autonomia administrativa são fundamentais, mas não criam, por si mesmos, as condições para a democratização da instituição universitária.

— Ao criticar o movimento docente, o documento, apesar de seu apelo à razão, assume um tom emocional e procura caricaturar aquilo que ele efetivamente é, desconhecendo de forma deliberada seu caráter pluralista e democrático e identificando-o como irracional e inconseqüente. Fala-se, por exemplo, em "santificação irrefletida da maioria" pressionando os divergentes "em favor d[illegible] unanimidades cálidas das multidões e[illegible] assembléia". Em outra passagem, afirma que o movimento docente, "tendo cumprido seu papel numa fase patética de nossa história", hoje comprometeria "enquanto movimento, os valores próprios da universidade que se propõe servir".

— O manifesto é permeado por uma concepção elitista e idealista da universidade, definindo-a como uma instituição que busca sua razão de ser em si mesma e contempla do alto a sociedade, repudiando sua identificação com os processos sociais reais e com o próprio País em que se insere e que hoje é necessário reconstruir. Esta visão é também formalista e corporativa quando atrela a democratização da universidade à carreira docente, como se o perfil acadêmico de seus dirigentes é que definisse, simplesmente, a

política para a universidade, com a exclusão de outros fatores e dos demais segmentos que a compõem.

A diretoria da APUBH convida todos os professores a empreender a discussão dos pontos colocados naquele documento e dos que foram esquecidos; achamos decisivo que hoje se processe no interior da universidade o debate sobre sua autonomia, sua reforma institucional, a qualidade de sua produção e de seu pessoal. É preciso tratar também de forma aberta e democrática a questão que atravessa todo o texto desse manifesto, sem jamais ser abordada claramente: a questão do poder na universidade, das formas de exercê-lo e de seus objetivos.

UnB EM GREVE EXIGE RENÚNCIA DO NOVO REITOR

A Universidade de Brasília iniciou o ano letivo, há uma semana, com uma paralisação de docentes e estudantes em protesto contra a nomeação do professor Geraldo de Sousa Ávila para reitor daquela instituição. Os grevistas exigem a renúncia de Ávila e a nomeação do professo Cristovam Buarque, candidato a reitor escolhido pela comunidade. A tendência do movimento é a de não iniciar as aulas enquanto o reitor nomeado não renunciar.

Através de consulta promovida junto à comunidade universitária, foram indicados para o cargo de reitor da UnB os nomes dos professores Dércio Munhoz e Cristovam Buarque, este assessor do presidente eleito Tancredo Neves, que já manifestou preferência pelo seu nome. A ministra Esther de Figueiredo também apóia Cristovam Buarque e teria indicado seu nome ao presidente da República.

Geraldo Ávila admitiu que sua nomeação "foi feita em hóra infeliz", ao final do governo Figueiredo, e manifestou sua decisão de não renunciar ao cargo. Em debate com a comunidade universitária, na última quinta-feira, Ávila disse que iria colocar o cargo à disposição do presidente eleito Tancredo Neves, e garantiu ter apoio do novo governo para permanecer no cargo.

Os professores da UnB realizam nova assembléia na segunda-feira, dia 11, para avaliação e decisão de rumos do movimento.

ELEIÇÃO PARA REPRESENTANTE DE ADJUNTO

A eleição para representante – e respectivo suplente – dos professores adjuntos junto ao Conselho Universitário da UFMG será realizada no dia 28 de março, quinta-feira, das 9 às 17 horas. Docentes em exercício em Departamentos localizados fora da Cidade Universitária votarão no "Campus" da Saúde, sala 28, próximo ao Gabinete do Diretor da Faculdade de Medicina. Professores em exercício em Departamentos situados no "Campus" da Pampulha votarão no auditório da Reitoria.

Os docentes não lotados na Cidade Universitária que estiverem exercendo atividades ali poderão votar em separado, na Reitoria. Os lotados na Pampulha com atividades fora do "Campus" também votam em separado, no "Campus" da Saúde. No caso do voto em separado, o professor deverá colocar o seu nome e a Unidade a que pertence na parte externa do envelope e assinar a folha de votação.

Os candidatos poderão se inscrever na Secretaria do Conselho Universitário, no 3º andar do prédio da Reitoria, até às 17 horas do dia 22 de março de 1985. Juntamente com a inscrição do candidato a representante será feita a de seu suplente, com mandato vinculado. O representante eleito terá mandato de três anos, a partir da data da eleição.

NOVO CRITÉRIO PARA INSCRIÇÃO DE CHAPAS NA ANDES

O 4º Congresso Nacional da Andes aprovou alteração no estatuto da entidade no que se refere à inscrição de chapas para concorrer à sua diretoria. É obrigatório inscrever durante o Congresso apenas os nomes do presidente, secretário e tesoureiro, podendo a inscrição de nomes para os demais cargos se dar até uma semana após os congresso.

Foi aprovado também o reajuste de mensalidade da Andes em 100% do INPC, a partir de abril. A discussão sobre repasse das mensalidades à Andes, feito pela ADs, foi transferida para o próximo CONAD, onde será ponto prioritário.

PRINCIPAIS RESOLUÇÕES DO IV CONGRESSO DA ANDES

Promover o levantamento do montante de verbas necessário ao pleno funcionamento da universidade; formar comissões nacional e estaduais para conduzir a luta pelo ensino público e gratuito e pela aplicação da emenda João Calmon, além da definição da campanha salarial/85, foram algumas das principais decisões do IV Congresso Nacional da Andes relativas à universidade. Outras deliberações importantes, no plano político, foram a rejeição do "pacto social" proposto por Tancredo Neves, a proposição da reunião do movimento sindical em torno de um programa mínimo de reivindicações de emergência, e a defesa da Constituinte livre e soberana.

Na discussão sobre universidade, ressaltou-se a urgência de lutar por sua democratização, ponto fundamental para o exercício da autonomia com responsabilidade. Como proposta concreta, deliberou-se a realização de encontros entre as ADs, ASs e DCEs, ao nível local, e um encontro nacional entre a Andes, a Une e Fasubra, para discutir a democratização. Foi prevista realização, em abril próximo, de um seminário nacional promovido pelas três entidades.

Em relação às autárquicas, foram aprovadas propostas referentes a campanha salarial, carreira de docente e verbas. Os professores irão reivindicar reajuste trimestral não inferior a 100% do INPC sem expurgo e reposição salarial em duas parcelas (25% em maio e 37,3% em outubro de 85) de modo a perfazer o total de 90%, tomando como base o ano de 1970. Lutarão também pela revogação da Portaria 202/84, que permite ao MEC controlar a concessão de DE aos docentes, e do decreto que impede a abertura de vagas para o magistério superior. Decidiu-se também exigir a concessão imediata da DE nos processos que estão retidos no MEC. O Congresso recomendou às ADs que promovam discussões sobre a passagem do celetista para o regime estatutário. No tocante à aposentadoria, foi proposta a derrubada do veto do presidente da República ao projeto do deputado Juarez Bernardes (que propõe aposentadoria para os docentes com vencimento integral), adotando-se a estratégia de pressionar o Legislativo e, caso o veto não seja retirado, procurar junto ao Executivo uma solução para o assunto.

O Congresso indicou ainda uma comissão para, num prazo de 10 a 15 dias, estabelecer o montante de verbas de custeio para o pleno funcionamento das IES autárquicas.

O MOVIMENTO DOCENTE E O NOVO GOVERNO

Foi aprovado pelo Congresso documento no qual o movimento docente assume a disposição de lutar pelo cumprimento dos compromissos firmados pelo futuro presidente da República, em encontro com os docentes, em novembro passado. Os compromissos dizem respeito à aprovação da emenda João Calmon, à expansão imediata das vagas, à reconstrução da universidade federal efetivamente gratuita, à democratização das estruturas universitárias com autonomia e a adoção de uma política nacional de educação resultante de amplo esforço democrático e participação.

O documento repudia o continuísmo e defende, para implementação de medidas que tornem os compromissos de Tancredo uma prática, "uma completa renovação dos quadros das instituições educacionais, sobretudo o MEC".

"PACTO SOCIAL" E CONSTITUINTE

Ao mesmo tempo em que rejeita o "pacto social" proposto por Tancredo, o IV Congresso propõe a união do movimento sindical em defesa de um programa mínimo contendo os seguintes pontos: reajuste trimestral para os salários em bases não inferiores aos índices inflacionários; salário-desemprego e estabilidade no emprego; jornada de 40 horas semanais sem redução de salário; definição do novo salário mínimo tomando como referência cálculos do DIEESE; e reforma agrária sobre controle dos trabalhadores.

Considerando que o quadro político atual amplia as perspectivas de luta por transformações democráticas, a Andes propõe ao movimento docente articular-se com os movimentos sociais e aprofundar-se na luta pela convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte que seja livre e soberana, com ampla discussão e participação de todos os setores da sociedade brasileira.

O IV Congresso Nacional da Andes contou com a participação de 210 delegados e 44 observadores, representando 51 associações de docentes.